2020, **DESIGNO** a empregada Cintia Fabiano da Silva Cavalieri, Prontuário 060402, para ser a responsável titular pelo controle interno desta São Paulo Urbanismo, mantendo a suplência inalterada (nos termos do Despacho publicado em 04 de maio de 2021 - doc. 043530455) .

II - À GJU para providências quanto à publicação

CESAR AZEVEDO

Presidente da São Paulo Urbanismo

PROCESSO SEI Nº 7810.2020/0000114-9

ATA DA 32ª REUNIÃO DO GRUPO DE GESTÃO DA OUC ÁGUA BRANCA

REALIZADA EM 21/03/2022

PLATAFORMA MICROSOFT TEAMS

Às 17h15min, do dia 21 de março de 2022, excepcionalmente por videoconferência, por meio da plataforma Microsoft Teams, Sr. José Armênio de Brito Cruz, representante titular da Secretaria Municipal de Urbanismo e Licenciamento – SMUL, na qualidade de Coordenador do Grupo de Gestão, toma a palavra, cumprimenta cordialmente os presentes e inicia, em primeira chamada, a 32ª Reunião Ordinária do Grupo de Gestão da Operação Urbana Consorciada Água Branca - OUCAB. Segue com a apresentação da pauta proposta: Expediente: I. Verificação de Presença; II. Leitura e Aprovação da ata da 31ª Reunião Ordinária (13/12/2021) do Grupo de Gestão da Operação Urbana Consorciada Água Branca; III. Publicação D.O.C. – Portaria SGM 78, de 9 de março de 2022, designa os senhores ADRIANA SIANO BOGGIO BIAZZI e JORGE BAYERLEIN para, na qualidade de titular e suplente, respectivamente, e como representantes da Secretaria Municipal de Infraestrutura Urbana e Obras - SIURB, integrarem o Grupo de Gestão da Operação Urbana Consorciada Água Branca; Publicação D.O.C. – Portaria SGM 95, de 18 de março de 2022, designa os senhores AMANDA TIEMI MORIKAWA e LUCAS DE MORAES COELHO para, na qualidade de titular e suplente, respectivamente, e como representantes da Secretaria Municipal das Subprefeituras - SMSUB, integrarem o Grupo de Gestão da Operação Urbana Consorciada Água Branca. Ordem do Dia: I. Aspectos Financeiros: a. Quadro Financeiro; b. Execução Orçamentária 2021; c. Planejamento Orçamentário 2022. II. Andamento das intervenções: a. Drenagem do Córrego Água Branca; Drenagem Complementar do Córrego Água Preta; Prolongamento da Av. Auro Soares de Moura Andrade; Ligação Viária Pirituba-Lapa; Subsetor A1; Levantamento do Patrimônio Cultural; b. Quadro de Planejamento Geral; III. Manifestação: SEI 7810.2021/0001575-3. Interessado: Vibra Residencial Ltda. Assunto: consulta relativa à aplicabilidade de melhoramento público previsto no Mapa IV da Lei Municipal nº 15.893/2013; IV. Informes Gerais: a. Andamento do processo eleitoral para o biênio 2022-2024; b. Situação da Ação Direta de Inconstitucionalidade – ADIN Lei Municipal nº 17.561/2021. Sr. André Gonçalves dos Ramos, representante suplente da São Paulo Urbanismo – SPUrbanismo, faz a verificação de presença, constando os seguintes representantes: Sr. José Armênio de Brito Cruz, representante titular da Secretaria Municipal de Urbanismo e Licenciamento – SMUL; Sra. Bruna Maria da Rocha Ferreira Almansa Lopes, representante titular da São Paulo Urbanismo – SPUrbanismo; Sr. André Gonçalves dos Ramos, representante suplente da São Paulo Urbanismo – SPUrbanismo; Sra. Marina de Camargo Campos, representante titular da Secretaria Municipal de Habitação – SEHAB; Sra. Erika Valdman, representante titular da Secretaria Municipal do Verde e do Meio Ambiente – SVMA; Sr. Wilson Cabral da Silva, representante titular da Secretaria Municipal da Fazenda – SF; Sra. Patricia Maria Drago, representante suplente da Secretaria Municipal da Fazenda – SF; Sra. Antônia Ribeiro Guglielmi, representante titular da São Paulo Obras – SP Obras; Sr. Alexandre Marques Nogueira Cobra, representante suplente da São Paulo Obras – SP Obras; Sra. Jupira Cauhy, representante titular dos Moradores ou Trabalhadores do Perímetro da Operação Urbana; Sr. Caio Boucinhas, representante titular dos Moradores ou Trabalhadores do Perímetro da Operação Urbana; e Sra. Severina Ramos do Amaral da Silva, representante titular dos Moradores ou Trabalhadores do Perímetro Expandido da Operação Urbana. No decorrer da reunião, a Coordenação registra ainda a presença dos seguintes representantes: Sra. Dulcinéa Pastrello, representante titular da ONG – Instituto Rogacionista Santo Aníbal; Sra. Adriana Patrícia Bogajo, representante suplente da ONG – Instituto Rogacionista Santo Aníbal; Sra. Laisa Eleonora Marostica Stroher, representante titular de Entidades Profissionais, Acadêmicas ou de Pesquisa – Instituto dos Arquitetos do Brasil - IAB/SP; Sr. Vladimir José Iszlaji, representante titular dos Empresários com Atuação na Região - ABRAINC; Sra. Beatriz Messeder Sanches, representante suplente dos Empresários com Atuação na Região - ACSP; Sra. Maria Elena Ferreira da Silva, representante titular Associação dos Trabalhadores sem Terra da Zona Oeste; e Sra. Ana Carolina Pereira dos Santos, representante suplente dos Moradores ou Trabalhadores do Perímetro da Operação Urbana. Feita a verificação de presença e constatada a existência de quórum para o prosseguimento dos trabalhos, passa ao item II do Expediente, referente à aprovação da ata da 31ª Reunião Ordinária do Grupo de Gestão da Operação Urbana Consorciada Água Branca, realizada em 13 de dezembro de 2021. Consulta os presentes sobre correções e, não havendo manifestações, fica a ata da 31ª Reunião Ordinária aprovada por unanimidade. Seguindo para o item III do Expediente, procede a leitura das Portarias de nomeação publicadas no período: Portaria SGM 78, de 9 de março de 2022, que designa os senhores ADRIANA SIANO BOGGIO BIAZZI e JORGE BAYERLEIN para, na qualidade de titular e suplente, respectivamente, e como representantes da Secretaria Municipal de Infraestrutura Urbana e Obras - SIURB, integrarem o Grupo de Gestão da Operação Urbana Consorciada Água Branca; e Portaria SGM 95, de 18 de março de 2022, que designa os senhores AMANDA TIEMI MORIKAWA e LUCAS DE MORAES COELHO para, na qualidade de titular e suplente, respectivamente, e como representantes da Secretaria Municipal das Subprefeituras - SMSUB, integrarem o Grupo de Gestão da Operação Urbana Consorciada Água Branca. Encerrado o expediente e acolhida pelos presentes a proposta da Coordenação de inversão de pauta, passa-se ao item III da Ordem do Dia. Sra. Anna Carvalho de Moraes Barros, Analista de Desenvolvimento da Gerência de Planejamento Urbano da SPUrbanismo, cumprimenta a todos e passa a apresentar instrução técnica referente à consulta objeto do Processo SEI nº 7810.2021/0001575-3, em análise pela Gerência de Análise Técnica da SPUrbanismo, acerca da acessibilidade do lote SQL 197.015.0053-8 a partir dos melhoramentos viários e implantação áreas públicas previstas na Lei Municipal nº 15.893/2013 - OUCAB. Apresenta a análise conjunta com os lotes contíguos SQL 197.015.0064-3 e SQL 197.015.0065-1; os melhoramentos viários incidentes pela Lei nº 15.893/2013 – OUCAB, demonstrando-o sobre o Mapa Digital da Cidade - MDC; indicação dos acessos aos lotes antes e depois da implantação dos melhoramentos viários; quadro com simulações a partir das disposições para destinação de áreas da Lei de Parcelamento, Uso e Ocupação do Solo – Lei Municipal nº 16.402/2016 e para doação de áreas da Lei da Operação Urbana Consorciada Água Branca – Lei Municipal nº 15.893/2013; e, por fim, proposta de encaminhamento, com base em orientação técnica, a ser apreciada pelo Grupo de Gestão e submetida à Câmara Técnica de Legislação Urbanística - CTLU referente à possibilidade de alteração de endereço dos lotes SQL 197.015.0053 e SQL 197.015.0064-3 + 197.015.0065-1 para a Praça Orlando Zanfelice Júnior, logradouro público com codlog específico, de forma a garantir o acesso, após a doação de áreas junto à Av. Thomas Edison. Sr. José Armênio de Brito Cruz questiona se a mudança prevista nos melhoramentos públicos da Lei Municipal nº 15.893/2013 pertinente à área verde AP-08 diz respeito apenas ao desenho da Praça Orlando Zanfelice Júnior, sendo confirmado pela Sra. Anna Carvalho de Moraes Barros, ao explicar que a praça manterá o seu codlog e classificação como bem de uso comum do povo. Sr. Caio Boucinhas, representante titular dos Moradores ou Trabalhadores do Perímetro da Operação Urbana, cumprimenta a todos e questiona sobre previsão de alargamento da Av. Thomas Edison, reduzindo a área da Praça Orlando Zanfelice Júnior. Sra. Anna Carvalho de Moraes Barros esclarece que há previsão de alargamento da Av. Thomas Edison para implantação de ciclovia, mas que a Planta de Melhoramentos Públicos que integra a Lei nº 15.893/2013 diferencia apenas lotes privados de áreas de uso comum do povo, deixando para o projeto funcional, num momento posterior, as definições de desenho dessas áreas. Sr. Vladimir José Iszlaji, representante titular dos Empresários com Atuação na Região – ABRAINC, cumprimenta a todos e manifesta a necessidade de que o futuro projeto da Praça Orlando Zanfelice Júnior leve em consideração a localização dos acessos aos lotes, o que é confirmado pela Sra. Anna Carvalho de Moraes Barros, destacando que a alternativa de acesso pela Praça seria viável, por já ter garantido o logradouro público, até que a Rua "J", prevista na Lei, seja de fato implantada. Sra. Jupira Cauhy, representante titular dos Moradores ou Trabalhadores do Perímetro da Operação Urbana, cumprimenta a todos e questiona quais os próximos passos para encaminhamento do processo, após manifestação do Grupo de Gestão. Sra. Anna Carvalho de Moraes Barros esclarece que a orientação técnica apresentada foi elaborada enquanto Gerência de Planejamento Urbano da SPUrbanismo e que, após manifestação do Grupo de Gestão, o expediente retornará à Gerência de Análise Técnica da SPUrbanismo – GAT para instrução junto ao proponente, seguindo para análise da Câmara Técnica de Legislação Urbanística – CTLU. Seguiram questionamentos sobre a doação das áreas afetadas por melhoramentos públicos, cálculo de potencial construtivo do lote e a responsabilidade pela execução do viário, sendo esclarecido pela Sra. Anna Carvalho de Moraes Barros que a Lei nº 15.893/2013 prevê apenas a doação de áreas necessárias à implantação do Plano de Melhoramentos Públicos, podendo, caso o empreendimento seja caracterizado como Polo Gerador de Tráfego por CET, a implantação do viário de acesso ser exigida como medida mitigadora, posteriormente. Encerrado o debate, o Grupo de Gestão se manifestou pela continuidade do processo com submissão à Câmara Técnica de Legislação Urbanística – CTLU, acolhendo orientação técnica apresentada referente à consulta sobre a possibilidade de alteração de endereço dos lotes SQL 197.015.0053 e SQL 197.015.0064-3 + 197.015.0065-1 para a Praça Orlando Zanfelice Júnior, logradouro público com codlog específico, de forma a garantir o acesso, após a doação de áreas junto à Av. Thomas Edison. Na sequência, acolhida a proposta de inversão de pauta solicitada pela Sra. Jupira Cauhy, passa-se ao item II.a da Ordem do Dia, especificamente no que diz respeito ao andamento das intervenções do Subsetor A1. Sra. Marilú Moura Motta Postól, Gerente de Orçamento, Controle de Contratos e Avaliação Imobiliária da Companhia Metropolitana de Habitação de São Paulo – COHAB/DITEC/GORCT, informa sobre o acompanhamento do processo licitatório do projeto executivo e obras das 728 unidades habitacionais, destacando que o Edital e o Termo de Referência estão passando por revisão a partir da suspensão da licitação, em 21/01/2021, com adaptação a vários questionamentos recebidos, abrangendo, dentre outros itens, a inclusão do remanejamento da caixa d'água e da cabine de energia elétrica no orçamento. Apresenta, ainda, a previsão de republicação do Edital, até 15/04/2022; previsão de entrega das propostas até julho de 2022; e previsão de assinatura do contrato até outubro de 2022. Quanto ao cronograma de eventos, destaca prazo estimado de 6 meses para projetos, seguidos de 18 meses para as obras, totalizando 24 meses, com entrega das unidades habitacionais prevista para setembro de 2024. Sra. Jupira Cauhy pede esclarecimentos sobre a inclusão do remanejamento da caixa d'água e cabine de energia no orçamento, sendo esclarecido pela Sra. Marilú Moura Motta Postól que esses serviços estão sendo incluídos no orçamento para que o remanejamento seja feito pela empresa vencedora da licitação, assim que iniciadas as obras. Sra. Jupira Cauhy questiona, ainda, sobre possíveis impactos no cronograma de obras das quadras A e B, demonstrando preocupação sobre o descompasso que pode ocorrer nas obras das duas quadras. Sra. Marilú Moura Motta Postól explica que o remanejamento da caixa d'água e cabine de energia será priorizado, com intenção de que ocorra durante o desenvolvimento do projeto executivo, ou seja, antes do início da execução das obras de HIS. Por tal razão, destaca não haver impacto no cronograma, a princípio, seguindo com a previsão de seis meses para o projeto e 18 meses para as obras de HIS. Sra. Maria Teresa Stape Affleck, Assessora da Presidência da SPUrbanismo, cumprimenta a todos e complementa que, tão logo seja assinado o contrato, um dos primeiros produtos a ser entregue pela empresa vencedora será o plano de obras, que conterá as frentes de obras e a etapalização propostas, considerando as interferências existentes. Sra. Jupira Cauhy pergunta sobre os demais questionamentos feitos que impactem em alterações de projeto; a necessidade de avaliação do Tribunal de Contas do Município - TCM sobre os projetos; e se houve mudança na modalidade de licitação. Sra. Marilú Moura Motta Postól esclarece que não há alteração de projeto, sendo a maior intervenção referente ao remanejamento da caixa d'água e da cabine de energia elétrica. Informa que a parte de atestados exigidos das empresas no Termo de Referência também está sendo revisada, sem prejuízo às obras ou ao projeto. Explica, ainda, que não há exigência de encaminhamento dos projetos ao TCM, mas que o Tribunal tem ciência da publicação dos Editais de Licitação, sendo respeitados os prazos para análise e questionamento cabíveis. Quanto à modalidade, esclarece que continua como contratação semi-integrada, por abranger projeto e obra na mesma licitação. Destaca que, após estudos, houve a compreensão de que o valor não precisa ser mantido sob sigilo, caso haja justificativa, e que COHAB está trabalhando nessa justificativa para a republicação. Sr. José Armênio de Brito Cruz observa ser muito importante que SPUrbanismo acompanhe o desenvolvimento dos projetos, com especial atenção às unidades habitacionais e demais intervenções no Subsetor A1. Sr. Caio Boucinhas pergunta se é possível conhecer o conteúdo do Edital, sendo esclarecido pela Sra. Marilú Moura Motta Postól que não existe essa possibilidade antes de que seja publicado. Sr. Caio Boucinhas e Sra. Jupira Cauhy perguntam sobre a finalização do projeto das HIS, questionando se as contribuições feitas foram incorporadas ao projeto. Sra. Maria Teresa Stape Affleck retoma que os projetos básicos dos edifícios de HIS foram apresentados aos representantes na 4ª Reunião da Comissão Técnica do Subsetor A1 (07/10/2020), sendo informado que não há espaço para alterações de projeto nesse momento. Porém, ao longo do desenvolvimento do projeto executivo e do trabalho social de interação junto à população, algumas sugestões poderão ser avaliadas e incorporadas, conforme o caso. Nesse contexto, Sr. José Armênio de Brito Cruz sugere aguardar a realização da licitação para abrir as discussões durante o desenvolvimento do projeto executivo pela empresa vencedora. Sra. Severina Ramos do Amaral da Silva cumprimenta a todos e comenta sobre a previsão de republicação do Edital até 15/04/2022 e os recorrentes atrasos na licitação das HIS do Subsetor A1. Retomando o item I.a da Ordem do Dia, Sra. Maria Fátima do N. Niy, Gerente Financeira da SPUrbanismo, apresenta o Quadro Financeiro, demonstrando a evolução no período de novembro de 2021 a janeiro de 2022. Sobre os recursos de Outorga Onerosa do Direito de Construir – OODC, destaca evolução na receita financeira líquida (R$ 15.104.922), total de receitas (R$ 991.773.349), total de investimentos executados (R$ 285.441.183), saldo em conta corrente (R$ 706.332.166), valor de investimentos a executar (R$ 575.919.133) e saldo projetado (R$ 130.413.033), não havendo investimentos no período. Em relação aos recursos arrecadados por CEPAC, mencionou evolução na receita financeira líquida (R$ 90.645), desvinculação de receitas referente ao Decreto nº 57.380 (- R$ 7.529), evolução total no período (R$ 83.116), total de receitas (R$ 12.496.456), total de investimentos executados (R$ 8.316.515), destacando valor gasto no período (R$14.309) com fiscalização de CEPAC pelo Banco Brasil, saldo em conta corrente (R$ 4.179.941), valor de investimentos a executar (R$ 4.022.728) e saldo projetado (R$ 157.213), até 31/01/2022. Passando ao item I.b da Ordem do Dia, apresenta a Execução Orçamentária de 2021. Dos valores autorizados na Lei Orçamentária Anual de 2021 (cerca de R$ 122 milhões), destaca aqueles reservados (R$ 1.943.666), empenhados (R$ 1.943.666), liquidados (R$ 31.383) e pagos (R$ 31.383) até o final de fevereiro de 2022, basicamente referentes a despesas com a Caixa e Banco do Brasil. Explica, ainda, que a Execução Orçamentária de 2021 ainda não está finalizada, pois o período de pagamento dos valores restantes irá até 31/03/2022. Sra. Laisa Eleonora Marostica Stroher, representante titular de Entidades Profissionais, Acadêmicas ou de Pesquisa – Instituto dos Arquitetos do Brasil - IAB/SP, cumprimenta a todos e pede detalhamento sobre os pagamentos a Caixa e Banco do Brasil, sendo esclarecido pela Sra. Maria de Fátima do N. Niy que os valores são referentes, em especial, a despesas com o Banco do Brasil para escrituração de CEPAC, por volta de R$ 3,8 mil por mês. Destaca que o contrato vigente vence em 31 de maio de 2022 e que vê necessidade de reavaliação da forma de contratação, já que atualmente as despesas mensais independem da movimentação de CEPAC, representando custo alto para OUCAB. Seguindo para o item I.c da Ordem do Dia, demonstra o Quadro de Detalhamento de Despesas da Lei Orçamentária Anual – LOA aprovada para 2022, destacando que algumas dotações orçamentárias foram incluídas por emenda parlamentar no planejamento da OUCAB, mas que, caso haja pedido de fato para reserva de recursos, não será efetivada por não se tratarem de intervenções da OUCAB. Informa que, apesar dos valores aprovados para HIS (aproximadamente R$ 26 milhões) terem sido inferiores aos inicialmente solicitados, deverão ser suficientes diante da nova previsão de início das obras apresentada por COHAB. Esclarece que, caso seja necessário valor superior em alguma dotação prevista, pode ser feito pedido de movimentação orçamentária. Sra. Jupira Cauhy pede alinhamento de informações sobre o andamento da contratação do Estudo de Viabilidade Econômico-Financeira – EVEF frente à suspensão da Lei Municipal nº 17.561/2021, seguindo considerações do Sr. José Armênio de Brito Cruz sobre a importância de que o Estudo seja feito com base no momento específico da operação urbana, devendo aguardar a decisão judicial sobre a suspensão da Lei para sua contratação. Sra. Laisa Eleonora Marostica Stroher complementa também considerar difícil contratar o EVEF sem saber o momento de realização do próximo leilão, em especial levando em conta que a Lei Municipal nº 17.561/2021 altera os valores de CEPAC, utilizados como base para a realização do Estudo, assim como a própria dinâmica do mercado imobiliário, que se altera ao longo tempo. Demonstra preocupação com a disponibilidade de recursos para a realização do EVEF, no momento em que o estudo puder ser feito. Sr. José Armênio de Brito Cruz explica que a contratação do EVEF está sendo encarada como prioridade de alocação de recursos, para continuidade da OUCAB. Recupera discussão de reuniões anteriores sobre a possibilidade de dividir a contratação de estudos e projetos de drenagem do Córrego Água Branca em duas etapas, de modo a assegurar recursos de CEPAC para as demais intervenções compromissadas, incluindo a contratação do EVEF. Sra. Jupira Cauhy recupera que representantes da sociedade civil já se manifestaram contrários a dividir os recursos destinados a estudos e projetos de drenagem do Córrego Água Branca, solicitando retorno sobre a consulta ao jurídico para verificar a possibilidade de que a exigência legal de reserva de recursos para aquisição de terras destinada à produção de Habitação de Interesse Social (R$ 715.176), conforme Lei nº 15.893/2019, art. 12, § 4º, seja cumprida após arrecadação do novo leilão, uma vez que não há previsão de aquisição de terras no momento e que esse valor poderia ser utilizado para suportar demais intervenções programadas. Pede para que seja dada continuidade às questões discutidas nas reuniões. Dando sequência ao item II.a da Ordem do Dia, Sra. Antonia Ribeiro Guglielmi, representante titular da São Paulo Obras, informa sobre o andamento das intervenções sob responsabilidade de SPObras, no período. Em relação ao Prolongamento da Av. Auro Soares de Moura Andrade e Conexões (processo SEI nº 7910.2020/0000473-7), destaca que o contrato de projeto está em andamento, ainda nas etapas iniciais de levantamento topográfico e consolidação do projeto, dependendo das autorizações e tratativas com demais envolvidos. Sobre os estudos ambientais (processo SEI nº 7910.2020/0000475-3), informa que os serviços estão em andamento, também dependendo das autorizações e tratativas com demais envolvidos. Quanto ao material expropriatório (processo SEI nº 7910.2020/0000478-8), destaca como avanço a publicação do Edital de licitação da ata de registro de preço de SIURB, em 18/03/2022, que também poderá ser utilizada para o Prolongamento da Av. Auro Soares de Moura Andrade e Conexões. Em relação às Obras Complementares de Drenagem das Bacias dos Córregos Sumaré e Água Preta (processo SEI nº 7910.2021/0001190-5), reforça avanços nas tratativas em curso com a Comissão de Monitoramento das Concessões e Permissões – CMCP da Secretaria dos Transportes Metropolitanos do Governo do Estado sobre as compatibilizações de projeto com a Linha 6 – Laranja (Linha Uni / Acciona), estando em estudo um novo traçado da galeria, parcialmente por dentro do terreno da futura Estação Pompeia do metrô, parcialmente pela Rua Venâncio Aires. Na sequência, Sra. Jupira Cauhy registra em imagens a inundação da Rua Palestra Itália, ocorrida na última semana, reforçando deficiência no sistema de captação constituído pelas grelhas e pelo sistema de microdrenagem, nas Bacias dos Córregos Sumaré e Água Preta, já identificado no Caderno do Estudo de Bacias de SIURB, que faz com que o escoamento superficial não chegue às galerias executadas, ocorrendo inundações na superfície enquanto as galerias operam parcialmente. Faz apelo para que as obras de drenagem sejam encaradas como prioridade de governo, relatando as recorrentes inundações. Apresenta, ainda, imagens do Córrego Água Branca, em 2022, bem como registros da inundação das ruas do entorno, em fevereiro de 2020. Sra. Antonia Ribeiro Guglielmi explica que as obras de drenagem das Bacias dos Córregos Sumaré e Água Preta não foram executadas em sua totalidade, razão pela qual são previstas obras complementares para resolver a questão de captação e direcionamento do escoamento superficial para as galerias. Sr. José Armênio de Brito Cruz se dispõe a dar o apoio institucional necessário. Quanto ao Estudo de Bacia e Projeto para o Córrego Água Branca (processo SEI nº 7910.2021/0001192-1), Sra. Antonia Ribeiro Guglielmi informa que o Termo de Referência foi concluído, estando em revisão a planilha de quantidades e orçamento, com pequenos ajustes relacionados a ensaios e pranchas, incluindo materiais iniciais referentes à parte ambiental, devendo ser finalizados nas próximas semanas. Sra. Jupira Cauhy questiona se as galerias da Av. Santa Marina serão incluídas no Termo de Referência, sendo esclarecido pela Sra. Antonia Ribeiro Guglielmi que está incluído o cadastramento da rede de microdrenagem da Bacia do Córrego Água Branca para estudo e avaliação das condições e possível necessidade de troca das galerias. Sra. Maria Teresa Stape Affleck lembra que aguardam retorno referente ao estudo de cenários para contratação dos estudos e projetos básico e executivo de drenagem do Córrego Água Branca, de forma conjunta ou em duas fases, para posterior avaliação em reunião técnica interna entre SPObras e SPUrbanismo. Em resposta a questionamento da Sra. Jupira Cauhy, explica que se trata de reunião técnica para avaliação de cenários que possam contribuir para a continuidade da OUCAB, e que, caso sejam considerados convenientes, serão posteriormente discutidos junto ao Grupo de Gestão. Sra. Jupira Cauhy pede, como representante da sociedade civil no GGOUCAB, urgência na condução das ações de drenagem do Córrego Água Branca, reforçando que a população aguarda há anos para que as inundações da região sejam resolvidas. Não considera justo e pede para que haja sensibilidade em não promover novos atrasos em razão de estudos relacionados à distribuição de recursos da OUCAB. Sr. José Armênio de Brito Cruz se demonstra solidário à preocupação da sociedade civil e informa estar no papel de colocar a OUCAB em andamento o mais rápido possível, diante da limitação financeira. Sra. Maria Elena Ferreira da Silva, representante titular Associação dos Trabalhadores sem Terra da Zona Oeste, cumprimenta a todos e comenta sobre falta de sensibilidade por parte de representantes do poder público frente aos atrasos na execução das obras previstas, com recorrentes enchentes, que afetam diretamente o dia-a-dia e as condições de vida da população. Demonstra angústia com as perspectivas de execução das obras de drenagem e das HIS, pedindo para que sejam priorizadas pelo governo, com a devida urgência. Pede para que as reuniões do GGOUCAB sejam de fato produtivas. Na sequência, Sr. André Gonçalves dos Ramos registra terem sido alcançadas as duas horas de reunião previstas no Regimento Interno, consultando os presentes sobre a continuidade dos trabalhos, não havendo manifestações contrárias. Seguindo com o item II.a da Ordem do Dia, Sra. Antonia Ribeiro Guglielmi informa sobre o andamento da Ligação Viária Pirituba-Lapa, relatando vistoria realizada pelo perito judicial, em 18/03/2022, acompanhada por SPObras, SIURB e contratada, com requisição de dados complementares, que deverão ser encaminhados nos próximos dias por SPObras. Explica que aguardam orientação do perito para prosseguimento. Em relação ao Levantamento do Patrimônio Cultural, Sra. Maria Teresa Stape Affleck faz breve informe sobre reunião realizada com a equipe da Secretaria Municipal de Cultura – SMC, destacando que o jurídico da Secretaria está avaliando a realização de consulta pública sobre a modalidade da licitação, aguardando alinhamento interno para continuidade das ações. Seguindo para o item II.b da Ordem do Dia, apresenta o Quadro de Planejamento Geral, destacando os eventos ocorridos no período: a suspensão sine die da licitação de projeto executivo e obra das 728 unidades habitacionais do Subsetor A1, em 21/01/2022, com republicação do Edital prevista para 15/04/2022, conforme informado por COHAB; a retomada do projeto do Subsetor A1 pela Estúdio 41, no dia 02/03/2022; e a avaliação da consulta pública por SMC referente ao Levantamento de Patrimônio Cultural. Dando sequência com o item IV.a da Ordem do Dia, Sr. Lisandro Frigerio, atual Presidente da Comissão Eleitoral, e Sr. Daniel Wasem Quesada, Gerente Jurídico da SPUrbanismo, informam sobre o andamento do processo eleitoral para o biênio 2022-2024, recuperando brevemente o histórico das atividades desenvolvidas em 2020 e 2021 e sua retomada, em 2022. Sr. Daniel Wasem Quesada lembra que os mandatos dos atuais representantes da sociedade civil do GGOUCAB teria se encerrado em 2020, porém, foi prorrogado em razão da suspensão do cronograma eleitoral inicialmente proposto por conta da situação de emergência decretada no Município de São Paulo em razão da pandemia do coronavírus. A partir do arrefecimento da pandemia, no segundo semestre de 2021, e da decisão pela retomada do processo eleitoral do GGOUCAB, após a realização de eleições para o Conselho Municipal de Política Urbana - CMPU sem intercorrência, destaca duas principais diretrizes que conformaram as decisões da Administração e da Comissão Eleitoral a partir de janeiro de 2022: i. garantir o exercício da gestão democrática da OUCAB, a partir da retomada do processo de renovação periódica de seus representantes; e ii. assegurar a realização das eleições de forma presencial, buscando garantir condições seguras para todos, num cenário de incertezas em função da possibilidade de imposição de medidas restritivas a depender do momento da crise sanitária vivida. Explica que, a exemplo das eleições do CMPU, foi aberta a possibilidade de inscrição de candidatos on-line, inclusive fora do horário comercial e aos finais de semana, de modo a permitir maior segurança e acessibilidade ao processo, havendo, porém, dificuldade no envio da documentação pela ferramenta. Detalha as ações referentes ao segmento de Moradores/as ou Trabalhadores/as do Perímetro da Operação Urbana Consorciada, comparativamente ao processo eleitoral de 2018. Indica que, em 2022, o número de inscrições deferidas (4) nesse segmento foi inferior ao número de vagas (3 titulares e 3 suplentes), frisando não haver, de pronto, prejuízo à representação da sociedade civil no GGOUCAB, já que as três vagas de titulares estariam garantidas, com uma suplência. Explica, ainda, a previsão do artigo 12 do Edital nº 001/2022/SMUL quanto à possibilidade de autocomposição caso o número de candidatos seja igual ou inferior ao total das respectivas vagas, desde que validada com a concordância expressa de todos os candidatos, em reunião aberta convocada para o dia 24/03/2022. Destaca que, caso não haja unanimidade, a escolha dos representantes desse segmento segue via eleição, registrando que alguns candidatos já indicaram serem contrários à autocomposição. Quanto à possibilidade aventada de reabertura do período de inscrições, comenta as implicações sobre os prazos do processo eleitoral, com atraso mínimo de um mês, num cenário de incertezas em função das condições sanitárias vividas. Aberta a palavra aos presentes, Sra. Jupira Cauhy agradece pelos esclarecimentos feitos durante a reunião a diversos questionamentos encaminhados por e-mail. Pondera sobre o canal de comunicação da Comissão Eleitoral, através da Gerência de Gestão Participativa e pede para que a comunicação seja feita por canais além do Diário Oficial da Cidade, com maior divulgação das eleições. Como candidata, manifesta-se contrária à previsão do artigo 12, referente à autocomposição, entendendo ser um desrespeito ao processo participativo. Pede para que esse dispositivo seja retirado dos próximos Editais referentes aos segmentos de Moradores/as ou Trabalhadores/as do Perímetro e Perímetro Expandido da Operação Urbana Consorciada, indicando que não comparecerá à reunião convocada para o dia 24/03 e a vontade dos candidatos de seguirem na disputa eleitoral. Questiona, ainda, se no dia 10/04/2022 haverá eleições para o segmento Movimentos de Moradia com atuação na região. Sr. Daniel Wasem Quesada presta os esclarecimentos pertinentes, destacando que a previsão de autocomposição já foi utilizada em processos eleitorais anteriores para as entidades e pode ser objeto de deliberação pelas próximas comissões eleitorais. Explica que, no caso de Movimento de Moradia e também de ONG, foi decidido que não haverá eleição por contarem com apenas uma inscrição deferida para cada segmento, estando os seus candidatos automaticamente indicados. Além disso, pontua que a opção também poderia garantir fluxo mais rápido na hora da eleição. Sra. Severina Ramos do Amaral da Silva reafirma a importância da realização das eleições para escolha dos

candidatos através de amplo processo participativo. Na sequência, Sr. José Armênio de Brito Cruz destaca a presença e apresenta o novo Gerente de Gestão Participativa da SPUrbanismo, Sr. Sérgio Maranhão. Sra. Jupira Cauhy solicita retorno referente à Carta enviada à Coordenação sobre as áreas verdes públicas do Subsetor A2 e atualização quanto ao processo que trata da permissão de uso de área municipal à Vai-Vai. Passando ao item IV.b, Sr. Daniel Wasem Quesada informa que não houve andamento da Ação Direta de Inconstitucionalidade – ADIN da Lei Municipal nº 17.561/2021 no período, relatando que houve manifestação do Procurador Geral do Município e aguarda decisão do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo – TJSP. Encerrados os itens de pauta, Sr. José Armênio de Brito Cruz agradece pela presença e reafirma o esforço de todos na viabilização da OUCAB e de suas intervenções, encerrando os trabalhos às 20h06.

SECRETARIA MUNICIPAL DE URBANISMO E LICENCIAMENTO – SMUL

Representante Titular JOSÉ ARMÊNIO DE BRITO CRUZ
Representante Suplente GABRIELA DA SILVA MEDEIROS AUSENTE

SÃO PAULO URBANISMO

Representante Titular BRUNA MARIA DE R F ALMANSA LOPES
Representante Suplente ANDRÉ GONÇALVES DOS RAMOS

SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA E OBRAS – SIURB

Representante Titular ADRIANA SIANO BOGGIO BIAZZI AUSENTE
Representante Suplente JORGE BAYERLEIN AUSENTE

SECRETARIA MUNICIPAL DE MOBILIDADE E TRÂNSITO – SMT

Representante Titular DAWTON ROBERTO BATISTA GAIA AUSENTE
Representante Suplente DENISE MARIA SALIBA DIAS GOMES AUSENTE

SECRETARIA MUNICIPAL DE HABITAÇÃO - SEHAB

Representante Titular MARINA DE CAMARGO CAMPOS
Representante Suplente NILSON EDSON LEONIDAS AUSENTE

SECRETARIA MUNICIPAL DO VERDE E DO MEIO AMBIENTE – SVMA

Representante Titular ERIKA VALDMAN
Representante Suplente LUCIA NOEMIA SIMONI AUSENTE

SECRETARIA MUNICIPAL DAS SUBPREFEITURAS - SMSUB

Representante Titular AMANDA TIEMI MORIKAWA AUSENTE
Representante Suplente LUCAS DE MORAES COELHO AUSENTE

SECRETARIA MUNICIPAL DA FAZENDA – SF

Representante Titular WILSON CABRAL DA SILVA
Representante Suplente PATRICIA MARIA DRAGO AUSENTE

SÃO PAULO OBRAS – SPObras

Representante Titular ANTONIA RIBEIRO GUGLIELMI
Representante Suplente ALEXANDRE MARQUES NOGUEIRA COBRA

ORGANIZAÇÃO NÃO GOVERNAMENTAL – INSTITUTO ROGACIONISTA SANTO ANÍBAL

Representante Titular DULCINEA PASTRELLO
Representante Suplente ADRIANA PATRÍCIA BOGAJO

ENTIDADES PROFISSIONAIS, ACADÊMICAS OU DE PESQUISA

Representante Titular LAISA ELEONORA MAROSTICA STROHER
Representante Suplente PAULA FREIRE SANTORO AUSENTE

EMPRESÁRIO COM ATUAÇÃO NA REGIÃO

Representante Titular VLADIMIR JOSÉ ISZLAJI
Representante Suplente BEATRIZ MESSEDER SANCHES

MOVIMENTO DE MORADIA COM ATUAÇÃO NA REGIÃO

Representante Titular MARIA ELENA FERREIRA DA SILVA
Representante Suplente JOSÉ DE JESUS FERREIRA DA SILVA AUSENTE

MORADORES OU TRABALHADORES DO PERIMETRO DA OPERAÇÃO URBANA((GL))

Representante Titular JUPIRA CAUHY
Representante Titular CAIO BOUCINHAS
Representante Titular ILMA MARIA SANTOS DE PINHO AUSENTE
Representante Suplente EMERSON DA SILVA AUSENTE
Representante Suplente ANA CAROLINA PEREIRA DOS SANTOS AUSENTE
Representante Suplente GISLENE FERREIRA A SANT'ANA AUSENTE

MORADORES OU TRABALHADORES DO PERÍMETRO EXPANDIDO DA OPERAÇÃO URBANA

Representante Titular LEONOR GALDINO DA SILVA AUSENTE
Representante Titular SEVERINA RAMOS DO AMARAL
Representante Suplente ALEXANDRO FERNANDES DA SILVA AUSENTE
Representante Suplente MARIA CRISTINA DE C SILVA AKEL AYOUB AUSENTE

SP REGULA

DIRETOR PRESIDENTE

AGÊNCIA REG. DE SERV. PÚBLICOS DO MUN DE SÃO PAULO

Balancete Financeiro
Maio/2022

em R$

INGRESSOS			DISPÊNDIOS		
ESPECIFICAÇÃO	Exercício Atual	Exercício Anterior	ESPECIFICAÇÃO	Exercício Atual	Exercício Anterior
RECEITA ORÇAMENTÁRIA (I)	47.911,11	-	DESPESA ORÇAMENTÁRIA (VI)	12.596.756,88	-
ORDINÁRIA	47.911,11	-	ORDINÁRIA	12.596.756,88	-
TESOURO MUNICIPAL	-	-	TESOURO MUNICIPAL	12.596.756,88	-
RECURSOS PRÓPRIOS DA ADMINISTRAÇÃO INDIRETA	47.911,11	-	RECURSOS PRÓPRIOS DA ADMINISTRAÇÃO INDIRETA	-	-
RECURSOS PRÓPRIOS DA EMPRESA DEPENDENTE	-	-	RECURSOS PRÓPRIOS DA EMPRESA DEPENDENTE	-	-
VINCULADA	-	-	VINCULADA	-	-
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	-	-	OPERAÇÕES DE CRÉDITO	-	-
TRANSFERÊNCIAS FEDERAIS	-	-	TRANSFERÊNCIAS FEDERAIS	-	-
TRANSFERÊNCIAS ESTADUAIS	-	-	TRANSFERÊNCIAS ESTADUAIS	-	-
FUNDO CONSTITUCIONAL DE EDUCAÇÃO	-	-	FUNDO CONSTITUCIONAL DE EDUCAÇÃO	-	-
OUTRAS FONTES	-	-	OUTRAS FONTES	-	-
RECEITA CONDICIONADA	-	-	RECEITA CONDICIONADA	-	-
TESOURO MUNICIPAL - RECURSO VINCULADO	-	-	TESOURO MUNICIPAL - RECURSO VINCULADO	-	-
ALIENAÇÃO DE BENS ATIVOS	-	-	ALIENAÇÃO DE BENS ATIVOS	-	-
DEPÓSITOS JUDICIAIS	-	-	DEPÓSITOS JUDICIAIS	-	-
TRANSFERÊNCIAS FEDERAIS - CUSTEIO COVID FUNDO A FUNDO - SERV. PÚB. DE SAÚDE	-	-	TRANSFERÊNCIAS FEDERAIS - CUSTEIO COVID FUNDO A FUNDO - SERV. PÚB. DE SAÚDE	-	-
TRANSFERÊNCIAS FEDERAIS - INVEST. COVID FUNDO A FUNDO - SERV. PÚB. DE SAÚDE	-	-	TRANSFERÊNCIAS FEDERAIS - INVEST. COVID FUNDO A FUNDO - SERV. PÚB. DE SAÚDE	-	-
TRANSFERÊNCIAS FEDERAIS - CONVÊNIOS/CONTRATOS COVID VINCULADOS À SAÚDE	-	-	TRANSFERÊNCIAS FEDERAIS - CONVÊNIOS/CONTRATOS COVID VINCULADOS À SAÚDE	-	-
TRANSFERÊNCIAS FEDERAIS - LC 173/2020, ART. 5º, I	-	-	TRANSFERÊNCIAS FEDERAIS - LC 173/2020, ART. 5º, I	-	-
TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS RECEBIDAS (II)	8.712.696,00	-	TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS CONCEDIDAS (VII)	-	-
PARA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA	8.712.696,00	-	PARA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA	-	-
INDEPENDENTES DE EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA	-	-	INDEPENDENTES DE EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA	-	-
PARA APORTES DE RECURSOS PARA O RPPS	-	-	PARA APORTES DE RECURSOS PARA O RPPS	-	-
PARA APORTES DE RECURSOS PARA O RGPS	-	-	PARA APORTES DE RECURSOS PARA O RGPS	-	-
RECEBIMENTOS EXTRAORÇAMENTÁRIOS (III)	6.666.589,14	-	PAGAMENTOS EXTRAORÇAMENTÁRIOS (VIII)	929.948,98	-
EMPENHOS NÃO LIQUIDADOS A PAGAR	4.956.879,59	-	PAGAMENTOS DE RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	73.721,59	-
EMPENHOS LIQUIDADOS A PAGAR	761.296,94	-	PAGAMENTOS DE RESTOS A PAGAR PROCESSADOS	79.075,93	-
DEPÓSITOS RESTITUÍVEIS E VALORES VINCULADOS	948.412,61	-	DEPÓSITOS RESTITUÍVEIS E VALORES VINCULADOS	777.151,46	-
OUTROS RECEBIMENTOS EXTRAORÇAMENTÁRIOS	-	-	OUTROS PAGAMENTOS EXTRAORÇAMENTÁRIOS	-	-
SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR (IV)	239.241,90	-	SALDO PARA O MÊS SEGUINTE (IX)	2.139.732,29	-
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	239.241,90	-	CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	2.139.732,29	-
DEPÓSITOS RESTITUÍVEIS E VALORES VINCULADOS	-	-	DEPÓSITOS RESTITUÍVEIS E VALORES VINCULADOS	-	-
Total (V) = (I+II+III+IV)	15.666.438,15	-	Total (X) = (VI+VII+VIII+IX)	15.666.438,15	-

Erika Alves Santos e Silva
Gerente de Contab., Orçamento e Finanças
CRC-SP 267548/O-4

Fábio Brisotti da Silva
Superintendente Adm e Financeiro
SP - Regula

Ricardo Ezequiel Torres
Presidente
SP - Regula

AGÊNCIA REG. DE SERV. PÚBLICOS DO MUN DE SÃO PAULO

Balancete Patrimonial
Maio / 2022

em R$

Ativo			Passivo		
ESPECIFICAÇÃO	Exercício Atual	Exercício Anterior	ESPECIFICAÇÃO	Exercício Atual	Exercício Anterior
ATIVO CIRCULANTE	2.155.121,11	-	PASSIVO CIRCULANTE	952.151,82	-
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	2.139.732,29	-	OBRIGAÇÕES TRAB, PREVIDENCIÁRIAS E ASSIST A PAGA	199.477,75	-
CRÉDITO A CURTO PRAZO	-	-	EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS A CURTO PRAZO	-	-
INVESTIMENTOS E APLICAÇÕES TEMPORÁRIAS A CURTO	-	-	FORNECEDORES E CONTAS A PAGAR A CURTO PRAZO	567.877,46	-
ESTOQUES	-	-	OBRIGAÇÕES FISCAIS A CURTO PRAZO	-	-
VPD PAGAS ANTECIPADAMENTE	15.388,82	-	OBRIGAÇÕES DE REPARTIÇÕES A OUTROS ENTES	-	-
			PROVISÕES A CURTO PRAZO	-	-
			DEMAIS OBRIGAÇÕES A CURTO PRAZO	184.796,61	-
ATIVO NÃO CIRCULANTE	-	-	PASSIVO NÃO CIRCULANTE	-	-
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO	-	-	OBRIGAÇÕES TRAB, PREVIDENCIÁRIAS E ASSIST A PAGA	-	-
CRÉDITOS A LONGO PRAZO	-	-	EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS A LONGO PRAZO	-	-
INVESTIMENTOS TEMPORÁRIOS A LONGO PRAZO	-	-	FORNECEDORES E CONTAS A PAGAR A LONGO PRAZO	-	-
ESTOQUES	-	-	OBRIGAÇÕES FISCAIS A LONGO PRAZO	-	-
VPD PAGAS ANTECIPADAMENTE	-	-	PROVISÕES A LONGO PRAZO	-	-
INVESTIMENTOS	-	-	DEMAIS OBRIGAÇÕES A LONGO PRAZO	-	-
IMOBILIZADO	-	-	RESULTADO DIFERIDO	-	-
INTANGÍVEL	-	-			
			TOTAL DO PASSIVO	952.151,82	-
			PATRIMONIO LIQUIDO	1.202.969,29	-
			PATRIMÔNIO SOCIAL E CAPITAL SOCIAL	-	-
			ADIANTAMENTO PARA FUTURO AUMENTO DE CAPITAL	-	-
			RESERVAS DE CAPITAL	-	-
			AJUSTES DE AVALIAÇÃO PATRIMONIAL	-	-
			RESERVAS DE LUCROS	-	-
			DEMAIS RESERVAS	-	-
			RESULTADOS ACUMULADOS	1.202.969,29	-
			(-) AÇÕES / COTAS EM TESOURARIA	-	-
TOTAL	2.155.121,11	-	TOTAL	2.155.121,11	-

AGÊNCIA REG. DE SERV. PÚBLICOS DO MUN DE SÃO PAULO

Balancete Patrimonial
Maio / 2022

em R$

Quadro dos Ativos e Passivos Financeiros e Permanentes (Lei nº 4.320/1964)

Ativo (I)	Exercício Atual	Exercício Anterior	Passivo (II)	Exercício Atual	Exercício Anterior
ATIVO FINANCEIRO	2.139.732,29	-	PASSIVO FINANCEIRO	5.902.973,14	-
ATIVO PERMANENTE	15.388,82	-	PASSIVO PERMANENTE	5.428,27	-
			Saldo Patrimonial (I - II)	(3.753.280,30)	-

Quadro das Contas de Compensação (Lei nº 4.320/1964)

Atos Potenciais Ativos	Exercício Atual	Exercício Anterior	Atos Potenciais Passivos	Exercício Atual	Exercício Anterior
GARANTIAS E CONTRAGARANTIAS RECEBIDAS	128.136,35	-	GARANTIAS E CONTRAGARANTIAS CONCEDIDAS	-	-
DIREITOS CONVENIADOS E OUTROS INSTRUMENTOS CO	-	-	OBRIGAÇÕES CONVENIADAS E OUTROS INSTRUMENTOS	-	-
DIREITOS CONTRATUAIS	-	-	OBRIGAÇÕES CONTRATUAIS	-	-
OUTROS ATOS POTENCIAIS ATIVOS	-	-	OUTROS ATOS POTENCIAIS PASSIVOS	-	-
TOTAL	128.136,35	-	TOTAL	-	-

Quadro do Superavit / Deficit Financeiro (Lei nº 4.320/1964)

Fontes de Recursos	Exercício Atual	Exercício Anterior
ORDINÁRIA	(3.763.240,85)	-
VINCULADA	-	-
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	-	-
TRANSFERÊNCIAS FEDERAIS	-	-
TRANSFERÊNCIA ESTADUAIS	-	-
FUNDO CONSTITUCIONAL DE EDUCAÇÃO	-	-
OUTRAS FONTES	-	-
RECEITA CONDICIONADA	-	-
TESOURO MUNICIPAL - RECURSO VINCULADO	-	-
ALIENAÇÃO DE BENS ATIVOS	-	-
DEPÓSITOS JUDICIAIS	-	-
TRANSFERÊNCIAS FEDERAIS - CUSTEIO COVID FUNDO A FUNDO - SERV. PÚB. DE SAÚDE	-	-
TRANSFERÊNCIAS FEDERAIS - INVEST. COVID FUNDO A FUNDO - SERV. PÚB. DE SAÚDE	-	-
TRANSFERÊNCIAS FEDERAIS - CONVÊNIOS/CONTRATOS COVID VINCULADOS À SAÚDE	-	-
TRANSFERÊNCIAS FEDERAIS - LC 173/2020, ART. 5º, I	-	-
RECURSOS EXTRAORÇAMENTÁRIOS	-	-
TOTAL:	(3.763.240,85)	-

Erika Alves Santos e Silva
Gerente de Contab., Orçamento e Finanças
CRC-SP 267548/O-4

Fábio Brisotti da Silva
Superintendente Adm e Financeiro
SP - Regula

Ricardo Ezequiel Torres
Presidente
SP - Regula

AGÊNCIA REG. DE SERV. PÚBLICOS DO MUN DE SÃO PAULO
BALANCETE ORÇAMENTÁRIO

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
Maio

Exercício: 2022
em R$

RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS	Previsão Inicial (a)	Previsão Atualizada (b)	Receitas Realizadas (c)	Saldo d = (c - b)
RECEITAS CORRENTES (I)	-	-	47.911,11	47.911,11
RECEITA TRIBUTÁRIA	-	-	-	-
RECEITA DE CONTRIBUIÇÕES	-	-	-	-
RECEITA PATRIMONIAL	-	-	36.102,30	36.102,30
RECEITA AGROPECUÁRIA	-	-	-	-
RECEITA INDUSTRIAL	-	-	-	-
RECEITA DE SERVIÇOS	-	-	-	-
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	-	-	-	-
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	-	-	11.808,81	11.808,81
RECEITAS DE CAPITAL (II)	-	-	-	-
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	-	-	-	-
ALIENAÇÃO DE BENS	-	-	-	-
AMORTIZAÇÕES DE EMPRÉSTIMOS	-	-	-	-
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	-	-	-	-
OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL	-	-	-	-
SUBTOTAL DAS RECEITAS (III) = (I + II)	-	-	47.911,11	47.911,11
OPERAÇÕES DE CRÉDITO / REFINANCIAMENTO (IV)	-	-	-	-
OPERAÇÕES DE CRÉDITO INTERNAS	-	-	-	-
MOBILIÁRIA	-	-	-	-
CONTRATUAL	-	-	-	-
OPERAÇÕES DE CRÉDITO EXTERNAS	-	-	-	-
MOBILIÁRIA	-	-	-	-
CONTRATUAL	-	-	-	-
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (V) = (III + IV)	-	-	47.911,11	47.911,11
Deficit (VI)	87.947.429,00	87.947.429,00	12.548.845,77	
TOTAL (VII) = (V + VI)	87.947.429,00	87.947.429,00	12.596.756,88	47.911,11
Saldos de Exercícios Anteriores (Utilizados para Créditos Adicionais)	-	-	-	-
RECURSOS ARRECADADOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	-	-	-	-
SUPERAVIT FINANCEIRO	-	-	-	-
REABERTURA DE CRÉDITOS ADICIONAIS	-	-	-	-

AGÊNCIA REG. DE SERV. PÚBLICOS DO MUN DE SÃO PAULO
BALANCETE ORÇAMENTÁRIO

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
Maio

Exercício: 2022
em R$

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	Dotação Inicial (e)	Dotação Atualizada (f)	Despesas Empenhadas (g)	Despesas Liquidadas (h)	Despesas Pagas (i)	Saldo da Dotação (j) = (f - g)
DESPESAS CORRENTES (VIII)	77.376.814,00	79.446.814,00	12.596.756,88	7.639.877,29	6.878.372,85	66.850.057,12
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	9.464.053,00	9.464.053,00	3.520.344,73	3.520.344,73	3.320.866,98	5.943.708,27
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	-	-	-	-	-	-
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	67.912.761,00	69.982.761,00	9.076.412,15	4.119.532,56	3.557.505,87	60.906.348,85
DESPESAS DE CAPITAL (IX)	10.570.615,00	8.500.615,00	-	-	-	8.500.615,00
INVESTIMENTOS	10.570.615,00	8.500.615,00	-	-	-	8.500.615,00
INVERSÕES FINANCEIRAS	-	-	-	-	-	-
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	-	-	-	-	-	-
RESERVA DE CONTINGÊNCIA (X)	-	-	-	-	-	-
SUBTOTAL DAS DESPESAS (XI) = (VIII + IX +X)	87.947.429,00	87.947.429,00	12.596.756,88	7.639.877,29	6.878.372,85	75.350.672,12
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA / REFINANCIAMENTO (XII)	-	-	-	-	-	-
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA INTERNA	-	-	-	-	-	-
DÍVIDA MOBILIÁRIA	-	-	-	-	-	-
OUTRAS DÍVIDAS	-	-	-	-	-	-
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA EXTERNA	-	-	-	-	-	-
DÍVIDA MOBILIÁRIA	-	-	-	-	-	-
OUTRAS DÍVIDAS	-	-	-	-	-	-
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (XIII) = (XI + XII)	87.947.429,00	87.947.429,00	12.596.756,88	7.639.877,29	6.878.372,85	75.350.672,12
SUPERAVIT (XIV)	-	-	-			
TOTAL (XV) = (XIII + XIV)	87.947.429,00	87.947.429,00	12.596.756,88	7.639.877,29	6.878.372,85	75.350.672,12
Reserva do RPPS	-	-	-	-	-	-